



A DES(EDUCAÇÃO) DO COOPERATIVISMO NO OESTE DO PARANÁ: COOPERATIVA AGRONDUTRIAL LAR E COPAGRIL

Marilucia Ben/ Universidade Federal de Santa Maria

Mariangela Richart / Universidade Estadual do Oeste do Paraná

luciaben15@hotmail.com

mari_richartgeo@hotmail.com

RESUMO: Esse trabalho é resultado de estudos coletivos de integrantes do Laboratório de Ensino de Geografia LEG - que visa entender as relações mantidas entre as cooperativas/agroindústrias na qualificação/desqualificação dos associados/integrados através da Educação (in) formal. A região Oeste Do Paraná tem como base à dependência de grandes grupos econômicos agroindustriais, como a Cooperativa Agroindustrial Lar, em Medianeira e a Copagril em Marechal Cândido Rondon, que dominam o setor de carnes de aves/suínos e seus derivados. Na relação dialética entre o campo/cidade/agroindústria, o trabalhador da cidade e do campo (cooperado/integrado), vêm constantemente se qualificando/desqualificando visando atender aos interesses da (re)produção do capital, impostas pelos complexos agroindustriais e também às exigências do mercado internacional. Ao mesmo tempo em que o trabalhador se (des)qualifica, vive processos contraditórios e de confronto com as relações sociais de produção. Sendo assim o capital ao exigir maior escolarização do trabalhador, simplifica sua atividade, o torna flexível e polivalente, desenvolvendo a verdadeira pedagogia das habilidades e competências, maximizando a extração da mais valia e submetendo-o ao ritmo da máquina e da produção. A área de estudo compreende os municípios de Marechal Cândido Rondon e Medianeira localizadas no Oeste do Paraná. O período pesquisado data entre 1960 a 2010, caracterizado por profundas transformações no campo e na cidade, resultado da reestruturação produtiva entre capital/trabalho, voltados para o agronegócio.

Palavras-chave: educação; cidade; campo; agroindústria.

INTRODUÇÃO

As cooperativas que atuam no Oeste paranaense (como Lar, Coopavel, Copagril, entre outras) dispõem de programas de cursos para capacitar a formação de seus associados, formando mão de obra para o desenvolvimento de atividades como gado leiteiro, avicultura, suinocultura, apicultura, entre outras. Os cursos proporcionados por elas aos seus associados, mães e jovens são planejados e executados pelo Comitê Educativo, formado por representantes da comunidade, que utiliza fichas, formulário e planilha com o objetivo de manter a Diretoria Executiva informada das necessidades dos cooperados/camponeses. O

Comitê Educativo possui metas relacionadas à quantidade de reuniões e limite mínimo de sugestões trazidas pelos cooperados/camponeses.

Desta forma, a teoria dos comitês educativos é constituir um conjunto de representantes de núcleos que se reúnem mensalmente para levantarem e discutirem problemas, analisarem questões e darem ideias que atendam aos interesses da comunidade cooperativista, pois é através dele que os associados levaram à administração os seus problemas, desejos e necessidades, bem como a sua ajuda na busca de soluções. Desta forma ele está distribuído em quatro estruturas: Núcleos de desenvolvimento; Comitê de Entreposto; Comissões por produto; Comitê de Integração.

A educação no cooperativismo é regularizada no Brasil baseada no rochdaleanismo pela Lei Federal nº 5.764/1971, artigo 4º, que define a cooperativa como sociedade de pessoas de natureza civil, de forma e natureza jurídica própria, sem finalidade lucrativa. Entre as características merecem destaque a indivisibilidade dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social, que, por sua vez, são inspirados precursores do pensamento cooperativo. Dentre os socialistas utópicos que influenciaram o cooperativismo nascente, merece destaque Robert Owen, considerado também como grande reformador social e educacional utópico, que introduziu várias inovações em favor dos operários, exaltando a educação e sua eficácia. A educação era utilizada para intervir entre os trabalhadores e substituir o alcoolismo pela sobriedade e as arruaças pela ordem. Em seu pensamento, considerava que o homem é resultado de seu meio social (PINHO, 1982).

Um dos desafios do sistema cooperativista é manter acesa a chama que dá impulso ao sistema, ou seja, o despertar da “consciência” cooperativista nos associados e membros da comunidade o que pode ser estimulado, de certa forma, por uma educação cooperativista mais eficaz e por ações de cunho cultural e social que possam estimular o envolvimento de mais pessoas neste setor. Um dos problemas é que este setor está voltado ao agronegócio e nem sempre atende aos princípios cooperativistas. A educação cooperativista preocupa-se em formar a mão de obra para servir as atividades do agronegócio, os saberes da população são exterminados para dar lugar a novos saberes, deixando a desejar a educação para além do capital de acordo com Mészáros (2008).

Nesse sentido, as famílias dos cooperados/camponeses são tidas como unidades básicas de produção, por isso são envolvidas ao máximo nas atividades da cooperativa e os cursos desenvolvidos no Centro de Treinamento da Lar, proporcionados pelo Comitê Educativo, se encaixam na educação não formal: “Desenvolvimento Pessoal”; “A Arte da Liderança”; “Postura Social e Profissional”, “Desenvolvendo Competitividade”, “Encontro de

Jovens Cooperativistas do Paraná” (com palestras direcionadas ao cooperativismo, como: “Como transformar ideias em resultados”; “Cooperativismo, a força empreendedora”; “A importância da ação política para o desenvolvimento cooperativista”). Tais atividades educativas direcionam a aprendizagem para ser seguida de eixos temáticos voltados para a linha do cooperativismo agroindustrial e incorporados pelos associados.

São desenvolvidas intensas atividades pelo Comitê Educativo da cooperativa direcionadas ao Cooper mães e ao Cooper jovens. Esses cursos buscam organizar e capacitar as mães e os jovens cooperativistas. O Cooperjovem, composto pelos filhos e pelas filhas de associados, é coordenado, orientado e treinado pela cooperativa. Um projeto divulgado pelo Comitê Educativo da Cooperativa Agroindustrial Coopavel é o Educação Continuada – aperfeiçoamento profissional, a associados e familiares, viabilizando e apoiando economicamente a inclusão destes em cursos de graduação superior e de pós-graduação, incentivando-os a investir em novos negócios na propriedade. Segundo discursos da cooperativa, os resultados de aperfeiçoamento profissional apontaram um controle mais rigoroso da receitas e despesas, ou seja, uma autogestão qualificada, refletindo em maiores investimentos nas propriedades e em novas atividades que geram renda e emprego às famílias. Porém essas novas atividade dotas de alta tecnologia voltadas ao agronegócio, condicionam a sujeição da força de trabalho bem como da renda da terra do cooperado/camponês ao capital. Com tais atitudes, os saberes simbólicos dos sujeitos camponeses são alterados.

Nesse sentido, o cooperativismo vem (des)qualificando os seus associados para atender às exigências do capital agroindustrial, o que, segundo a filosofia cooperativista adotada, é, em realidade, uma desqualificação, pois, com a introdução de novas tecnologias no processo produtivo, o trabalho do cooperado simplifica-se. Mesmo assim, porém, aos associados “cada vez mais é exigida educação e cultura para manter a competitividade, num mercado que se globaliza progressivamente” com a introdução de novas tecnologias de mecanização e automatização de aviários e de chiqueirões (TESTA et al., 1996, p. 77). Tais novas tecnologias, nesse caso, são introduzidas nas propriedades rurais dos associados através de cursos proporcionados pelos programas do Comitê Educativo.

A categoria para relacionar educação e cooperação é o trabalho, referenciado na teoria marxista de produção como base da humanização e da aprendizagem. O trabalho cooperativo e a educação servem de aliados, partindo do entendimento de que o ser humano aprende produzindo. A educação “se apresenta como uma ação entre sujeitos, isto é, como uma ação social” (BOUFLEUER, 1997, p. 22). Neste sentido, o sistema educacional tem assumido caráter estratégico para os setores socialmente dominantes, baseados nas relações de

(re)produção da sociedade para o capital. Esse sistema segue a lógica da mercantilização da vida para o “sentido de ter”, que é materializado na apropriação privada da riqueza produzida socialmente e desenvolvida pelo modelo estético que Mézáros (1981, p. 263) chama de “alienação de todos os sentidos, subordinados aos ‘sentido de ter’”. A alienação, segundo o autor, segue a lógica da educação estética na tentativa isolada de enfrentar a desumanização dos processos educacionais na sociedade capitalista, caracterizados pela (re)produção dos indivíduos incorporados no processo de produção dominante.

Essa (re)produção envolve a internalização de valores que são fomentados nas sociedades de classes construídas pelo modelo de produzir a vida pela sociedade dominante. Sendo assim, práticas formativas no âmbito educacional desenvolvidas nas sociedades capitalistas são importantes para (de)formar mão de obra e atender às necessidades do agronegócio.

O associado é instruído a seguir as exigências determinadas pelo capital agroindustrial, impondo novos ritmos à produção e obtenção da matéria-prima, transformando-o em simples produtor de matéria-prima (aves e suínos) para a agroindústria. Esta busca constante reforça novas formas de qualificar/desqualificar o trabalhador, instalando “verdadeiro processo pedagógico que tem por objetivo a educação técnica e política do trabalhador, determinada pelos interesses do capital”, exercendo certa concepção de mundo (KUENZER, 2011, p. 12).

A desqualificação dos associados decorre do fato de o capital controlar o processo produtivo, “expropriando o saber do operário, [expropriação realizada] através da divisão e parcelarização do trabalho” (CRUZ, 2000, p. 29). A medida que a ciência é incorporada pela indústria no processo produtivo, intensifica o processo de subordinação do trabalhador e a expropriação do seu saber sobre o produto do seu trabalho, a mercadoria (BRAVERMAN apud CRUZ, 2000, p. 29). Esse domínio do capital sobre o trabalho está determinado pelas relações capitalistas de produção, sendo que “a desqualificação do trabalhador, operada pelo trabalho heterogerido, que acresce à alienação do produto do trabalho a alienação do conteúdo e das decisões sobre o trabalho pelo trabalhador.” (KUENZER, 2011, p. 13).

Com a divisão do trabalho e da propriedade privada no sistema capitalista, o trabalhador produz objetos/mercadorias que se tornam estranhos ao seu próprio trabalho, pois são exteriores e, portanto, não lhe pertencem, visto que são apropriados pelo capital (ANTUNES, 2004).

Boa parte das atividades da economia regional está voltada para atender à demanda das cooperativas agroindustriais que, constantemente, introduzem novas técnicas, tecnificando o campo e a cidade, com a instalação de máquinas e equipamentos auto(infor)matizados, tanto

para a obtenção da matéria-prima, como para a produção, a circulação e o consumo, tudo isso voltado, sobretudo, para atender ao mercado internacional, transformando, assim, consideravelmente seus espaços “do fazer”, agora carregados de ciência, técnica e informação (SANTOS, 2008).

Entendendo-se o espaço como resultado do desenvolvimento das forças sociais, políticas e econômicas, apresenta-se-nos a preocupação de percorrer uma abordagem geográfica que dê conta de articular essa estrutura com o espaço por ela (re)produzido, sendo que as constantes e rápidas transformações impostas pela agroindústria no campo e na cidade também ocorrem para os associados que, agora, necessitam de maior escolarização/proletarização, visando atender à reestruturação produtiva sob o comando da agroindústria. Para Raffestin (1993, p. 143), ao “se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator ‘territorializa’ o espaço”.

Assim, a formação socioespacial dos municípios de Missal e de Medianeira a partir da instalação da cooperativa agroindustrial desenvolveu e exigiu novas funções do espaço urbano e rural, ao mesmo tempo em que vem exigindo maior escolarização/proletarização de seus associados, tanto do campo, como da cidade. Para Arroyo (2009, p. 80), as propostas e os conteúdos das escolas seriadas são iguais e têm “a mesma finalidade: habilitar todas as crianças e jovens do campo e da cidade para as experiências modernas de produção e do trabalho”.

Os associados/camponeses estão sendo (des)escolarizados/(des)qualificados para o mercado, ou seja, para a proletarização da própria agroindústria. De acordo com Cruz,

as novas exigências requeridas pelo sistema flexível de produção trouxeram profundas mudanças a todos os trabalhadores. [...] enquanto alguns tornam-se superespecializados, outros requalificam-se e outros ainda sofrem uma desqualificação. Por outro lado, verifica-se que tanto os trabalhadores qualificados quanto os desqualificados estão sendo marginalizados do sistema produtivo; o desemprego, a subcontratação, a informalidade são inerentes a este modelo de produção. (CRUZ, 2000, p. 33).

Essas novas exigências impostas aos associados e a educação a eles oferecida levam as escolas a se adaptarem para atender aos interesses do capital, sobretudo ao capital da agroindústria da região. Há a necessidade de “entender os processos educativos na diversidade de dimensões que os constituem como processos sociais, políticos e culturais; formadores do ser humano e da própria sociedade.” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2009, p. 12-13).

Na relação campo/cidade apresenta-se a necessidade de pensar a escolarização das famílias residentes no campo, pois que, na atualidade, crianças e adolescentes são levados a

estudar nas escolas urbanas, recebendo os conteúdos direcionados às práticas urbanas e ao mercado. Assim, são instruídas na dinâmica do capital industrial, no aumento da produtividade e na inserção da ciranda da integração/proletarização com os grupos agroindustriais do Oeste catarinense e paranaense.

Entender os espaços da cidade e do campo, contextualizados com a realidade econômica e educacional dos trabalhadores/cooperados/camponeses e a inserção na dinâmica do capital é tarefa imprescindível. Para Mészáros (2008), a educação institucionalizada nos últimos 150 anos serviu “ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital”, mas para transmitir e legitimar os valores e os interesses do capital (MÉSZAROS, 2008, p. 35).

A (des)qualificação dos associados/camponeses atendem aos interesses do capital agroindustrial, pois são escolarizados na lógica do mercado e da produção, como se assalariados do campo e da cidade fossem.

Dessa forma, há que se entender a gênese de formação das agroindústrias da região, representando uma das maiores concentrações desse tipo de cooperativas/empresas da América Latina. Nelas se incluem tipicamente cooperativas agroindustriais como a Lar, Copagrill que possuem complexa divisão técnica do trabalho e da produção, e que constantemente buscam novas formas de qualificar/proletarizar integrados/associados/camponeses (campo) e trabalhadores para melhor atender as suas demandas.

A dinâmica de formação dos novos espaços rural/urbano impostas pela agroindustrialização é dialética e desenvolvida na lógica do sistema capitalista. Espaços e pessoas são incorporados ou excluídos na medida em que se fazem necessários ou não ao capital, como é o caso da formação socioespacial de Missal e de Medianeira, também de sua população, ou seja, dos trabalhadores/cooperados/camponeses e habitantes da cidade que, direta ou indiretamente, estão subordinados à lógica de acumulação capitalista das cooperativas agroindustriais. Há urgência em instituir escolas diferentes e que desenvolvam no educando a formação para a vida, objetivando produzir conhecimento, criar habilidades e formar sua consciência (CALDART, 2009). Trata-se de escolas que vinculem a educação com as questões sociais inerentes à própria realidade do campo e da cidade, escolas contrárias às atuais, que estão comprometidas em reproduzir as tradicionais relações sociais de produção entre o capital e o trabalho e em atender aos interesses de acumulação capitalista (FERNANDES, 1999, p. 53).

O perfil da dinâmica agroindustrial da região Oeste paranaense está baseado na relação da chamada integração agroindustrial com pequenos, médios e grandes produtores rurais. Esse sistema busca constantemente a ampliação e o aumento da produtividade, selecionando espaços e capacitando produtores na lógica da inclusão/exclusão, de acordo com as necessidades do capital.

Na lógica da (des)qualificação/(des)educação dos associados, o cooperativismo procura disseminar seus princípios por meio da “educação” cooperativista que objetiva, de acordo com Nascimento (1982), formar membros conscientes, técnicos competentes e cooperativas organizadas, voltadas ao agronegócio.

Os aspectos ligados à “educação” cooperativista são diversificados. No período de 1844 em diante, o cooperativismo dos Tecelões de Rochdale era utilizado para formar seus membros com vários tipos de ensinamento, incluindo alfabetização, que, naquela época, se voltava somente para as elites. Segundo Nascimento (1982), a educação cooperativista tem finalidade de reformar a sociedade para seguir o cooperativismo. Suas formas recaem sobre a educação cooperativista formal e educação cooperativista informal. A primeira compreende as cooperativas escolares, com cursos do sistema formal de ensino voltado para o cooperativismo, instituições privadas e públicas. A segunda está voltada para a atuação prática das instituições cooperativas privadas e públicas, e das cooperativas em geral.

Na chamada “educação cooperativa informal”, Nascimento (1982) destaca a animação cooperativista e a animação informal ministrada por cooperativas e por órgãos cooperativistas. A animação cooperativista atua na autoconsciência, auto-organização, autogestão, autodesenvolvimento. Ela objetiva despertar no indivíduo as próprias potencialidades na comunidade e despertar os indivíduos para a organização das células sociais de acordo com as exigências e transformações da época.

Já a animação informal ministrada por cooperativas e por órgãos cooperativistas proporciona o treinamento técnico-administrativo em diversos campos com ênfase na extensão agrícola, objetivando habitação e assistência ao trabalhador rural em suas atividades de produção, orientação, preparação e treinamento técnico de jovens, filhos dos associados. Também enfatiza o ensino da economia doméstica para as mães nas famílias associadas, intervindo com ensinamentos relativos ao aproveitamento econômico dos produtos alimentícios ali produzidos, ensinamentos que visam, também, a fixação do homem no campo e a manutenção dos seus hábitos (NASCIMENTO, 1982).

A educação não formal tem influenciado de modo significativo as novas formas de produção do campo no Oeste do Paraná, que são objeto de atuação das empresas e das

cooperativas agroindustriais. De acordo com Gadotti (1998, p. 307), “Os campos de ação da educação popular comunitária podem ser tanto a escola formal, como a não-formal, as organizações econômicas e populares, as escolas produtivas e mesmo as microempresas”. O cooperativismo está sendo analisado como experiências de trabalho coletivo que proporcionam o desenvolvimento regional.

Segundo as reflexões de Gohn (1999, p. 98), “a educação não-formal designa um processo com quatro campos ou dimensões, que correspondem a suas áreas de abrangência”, analisada na dimensão da educação do cooperativismo agroindustrial. Essas dimensões que abrangem a educação não formal são: 1) aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; 2) capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou potencialidades; 3) aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; 4) aprendizagem de conteúdos que possibilitem leituras de mundo que abrangem o que se passa ao seu redor; 5) educação desenvolvida na mídia e pela mídia. Tais dimensões são consideradas processos de autoaprendizagem e aprendizagem coletiva por meio de experiências em ações organizadas a partir de eixos temáticos seguindo a lógica do que se pretende socializar para um fim.

As ações da educação cooperativista não formal da Cooperativa Agroindustrial Lar demonstram motivações para que os associados desenvolvam o sistema agrícola voltado ao agronegócio em suas propriedades.

RESULTADOS

As (re)estruturações no campo modificaram a razão social da cooperativa estudada, que surgiu em tanto em Missal como Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda (Comasil), que, depois, em Medianeira, já se tornara Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda (Cotrefal), acabando por se instituir como Cooperativa Agroindustrial Lar, ou simplesmente Lar, transformando-se em agroindústria que, em contrapartida, legitima a territorialização do capital no campo.

A territorialização das cooperativas, seguida da atuação de suas agroindústrias, passou a exercer influência direta sobre a produção realizada no campo. As cooperativas se caracterizam como firmas que criam atividades e suas correspondentes paisagens, articulam espaços locais à escala nacional e até ao espaço global (BELUSSO, 2010), pois são elas que “preparam” o campo para produzir para a indústria (criação de suínos, de aves e ovos) e, ao

mesmo tempo, receber produtos industrializados (agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas e máquinas).

Nesse sentido, surgem necessidades de planejar e capacitar seus associados para, além de serem fornecedores da produção, serem também consumidores dos produtos processados. As cooperativas servem de pontes que ligam os camponeses ao consumo de máquinas, de insumos e de equipamentos, consumo esse que atende ao fortalecimento da agroindústria. Os chamados CAIs (Complexos Agroindustriais) estão voltados para mudanças na forma de produzir, aliados às políticas de crédito agrícola proporcionadas pelo governo de Estado, territorializando cada vez mais o capitalismo no campo.

Em suma, o capital industrial passou a comandar a economia do país em diversos setores, inclusive no campo, moldando-o segundo seus interesses. Os avanços nos meios técnicos produtivos não foram, porém, homogêneos, pois excluíram significativa parcela de camponeses, e favoreceram grandes proprietários de terra, que desenvolvem segmentos da produção voltados para interesses agroindustriais.

A estrutura desenvolvida na região Oeste do Paraná é caracterizada pela forte presença de agroindústrias e pelo cooperativismo e sua relação dialética com as pequenas propriedades familiares produtoras de matérias-primas.

A modelação e a estruturação dos espaços tanto rural como urbano desenvolvidos, sobretudo, pelos complexos agroindustriais, remete-nos a analisar profundamente a relação entre o campo e a cidade, a qualificação/desqualificação dos trabalhadores e a reestruturação das atividades, principalmente as rurais, impostas pelas atividades urbanas, sobretudo pelas agroindústrias.

As constantes e rápidas transformações ocorridas no campo a partir da década de 1970, com o processo de modernização, desenvolveram intensas transformações nas relações estabelecidas entre os pequenos produtores familiares com as agroindústrias, beneficiando profundamente essas empresas. Com o aumento dos lucros, a crescente acumulação capitalista passou a formar gigantescas empresas na região Oeste paranaense, responsáveis por grande parte da economia regional e pelo domínio das pequenas propriedades rurais. As agroindústrias dominam as técnicas, a produção e a produtividade das matérias-primas, o que lhes possibilita determinar o valor médio da produção na agricultura integrada, “dominando” os também produtores.

As constantes modificações nas pequenas propriedades e a modernização das atividades avícolas e suinocultoras possibilitaram que as agroindústrias pudessem reduzir

significativamente o número de integrados, excluindo propriedades e produtores e marginalizando famílias inteiras.

Ao mesmo tempo, como já acima mencionado, aos associados é exigida maior qualificação/escolarização e suas atividades no campo simplificam-se, pois esses espaços, agora carregados de ciência e tecnologia, intensificam a divisão do trabalho, tornando-o mais simples e fragmentado. Isso produz um estranhamento entre o trabalho do produtor rural e o produto desse trabalho, a mercadoria, estranhamento provocado sob o comando da máquina, e esta sob o comando do capital. A (des)qualificação/(des)educação dos associados intensifica a extração da mais-valia pelo capital agroindustrial, pois o torna mais produtivo sob o comando da máquina e da produção. Cursos são ofertados para os jovens e para as mães cooperativistas, fazendo com que haja a alienação do trabalho, seguindo a lógica do agronegócio.

Essa lógica no uso do espaço rural vai sendo implantada por empresas agrícolas, que se organizam seguindo padrões globais, interferindo na vida cotidiana dos associados e na dinâmica de suas propriedades, modificando seus hábitos e suas tradições, introduzindo o consumo de produtos industrializados, (re)produzindo novos significados nos modos de produção, como animais em confinamento, o que requer reestruturações nas propriedades agrícolas – o galinheiro dá lugar ao aviário, enquanto as galinhas caipiras, patos, gansos etc., são exterminados devido à criação das aves em confinamento; a entrada da propriedade rural é marcada com placas para identificar o proprietário e também a que empresa com a qual o trabalhador rural está integrado, ou de modo a identificar a empresa para a qual ele é fornecedor, e facilitar a localização para o caminhão que transporta ração e as aves, bem como para a visita dos técnicos; o uso das técnicas para a criação desses animais em confinamento também se modifica e a tecnologia implantada em alguns casos supera até o valor da propriedade.

As bases técnicas e econômicas da agropecuária foram, gradativamente, sendo substituídas, seja para o cultivo de plantas, seja para a criação de animais, pois as anteriores se mostravam incompatíveis com as novas formas de produção, de distribuição e de consumo. O novo modelo de produção agropecuário é baseado na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação com o intuito de aumentar a produtividade, culminando em transformações econômicas e, portanto, em transformações socioespaciais e ambientais.

Com esse cenário de reproduções individualistas do capital, pergunta-se: são essas novas exigências que manterão o jovem no campo? É esse jovem que, segundo os projetos educacionais das cooperativas, garantirá permanência na propriedade rural no futuro? De fato,

o cenário é ambíguo e contraditório, tal como a maioria das discussões que perpassam entre a teoria e a prática do cooperativismo.

REFERÊNCIA

- ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- BOUFLEUER, José Pedro. **Pedagogia da ação comunicativa: uma leitura de Habermas**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1997.
- CRUZ, Dulcinéia da. **A formação do ‘Total Trabalhador SADIA’**: um estudo de caso sobre o processo de qualificação dos trabalhadores na Sadia S/A. 2000. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação, UFSC, Florianópolis, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- FIÚZA SOBRINHO, Reinaldo. **Competitividade na cadeia de Valor da Avicultura de Corte**. 2010. 000 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Toledo, 2010.
- GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 11 set. 2012.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 11 set. 2012.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MÉSZÁROS, I. **Marx: a teoria da alienação**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SERRA, Elpídio. As cooperativas do agronegócio e suas (novas) características no Paraná. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>>.

SERRA, Elpídio. A teoria e a prática cooperativista entre os produtores rurais. In: VILLALOBOS, José Guerra. **Geografia social e agricultura no Paraná**. Maringá: UEM, 2003.

_____. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná: o caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá**. 1986. 000 f. Dissertação (Mestrado) – UNESP, Rio Claro, 1986.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo. Ática, 1993.

PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro: manual do cooperativismo**. São Paulo: 1982.

TESTA, Vilson M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: proposta para discussão**. Florianópolis, SC: EPAGRI, 1996.